

INDÚSTRIA E PENSAMENTO INDUSTRIAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Eujacio Roberto Silveira

Doutorando em História Econômica (FFLCH – USP)

ersilveira@usp.br

RESUMO

Na segunda metade do século XIX, o Brasil experimentou algumas importantes transformações econômicas e sociais; a principal delas foi a implantação do capitalismo. Em São Paulo, com surgimento de um mercado de consumo crescente proveniente das atividades cafeeiras, proporcionando crescimento urbano e econômico de inúmeras cidades do interior do estado e do incremento de diversos núcleos urbanos ao longo das vias férreas, a importância econômica de abastecê-los apoiando-se na fabricação de produtos locais ampliou a base da indústria paulista. Por outro lado, a elaboração de um pensamento econômico em defesa da atividade industrial como ideal de progresso social e econômico também se tornou presente.

Palavras-chave: Industrialização, empresariado, burguesia, capitalismo, mercado.

ABSTRACT

In the second half of the 19th century, Brazil underwent some important economic and social transformations; the main one was the capitalism implantation. In São Paulo, with the emergence of a growing consumer market from coffee activities, providing urban and economic growth in many country side cities of the state and the increase of several urban centers along the railways, the economic importance of supplying them relying on the manufacture of local products has broadened the basis of São Paulo industry. On the other hand, the elaboration of an economic thought in defense of the industrial activity as a social and economic progress ideal also became present.

Keywords: industrialization, business, bourgeoisie, capitalism, market.



I. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é abordar alguns aspectos do início da industrialização no Brasil e do pensamento industrial, sobretudo nas duas primeiras décadas do século XX, com vistas para o estado de São Paulo. Um dos temas mais recorrentes nesse período foi àquele referente às origens do desenvolvimento industrial brasileiro. As atividades fabris em São Paulo cresceram com o processo de urbanização da capital e também de outras cidades do estado, com a instalação de redes ferroviárias, iluminação elétrica, transporte público etc. A industrialização em São Paulo teve um forte impulso entre 1907 e 1920, período em que foi registrado um formidável crescimento das atividades fabris no Brasil. De acordo com o Censo Industrial, foram criados 10.078 novos estabelecimentos industriais de 1907 a 1920, desses, 41% em São Paulo.

No decorrer desse processo de ampliação da capacidade produtiva da indústria, a elaboração de um pensamento que justificasse o caráter fundamental da industrialização como ideal de progresso social e econômico. Além de apontar o desenvolvimento das atividades fabris como fator associado à própria “redenção da Nação”, como defendeu Simonsen.

A conveniência de entidades de representação empresarial também se mostrou essencial na elaboração de um discurso que padronizasse a atuação do empresariado fabril em relação ao Estado e o operariado. Em suma, o artigo aborda alguns aspectos do debate historiográfico realizado acerca deste tema mostrando as diversas linhas de análise que nortearam esse debate, sobretudo na década de 1970.

II. ASPECTOS DO DEBATE DA INDUSTRIALIZAÇÃO

A transformação econômica que São Paulo experimentou nos primeiros trinta anos do século XX revela as oportunidades abertas às suas elites dominantes, de fomentar e atrair negócios com a perspectiva de novas possibilidades de reproduzir seus capitais. Assim, a prosperidade das atividades industriais dependia do desenvolvimento das iniciativas do setor primário e a manutenção da divisão internacional capitalista do trabalho mostrou-se um elemento determinante. Em última análise, em sintonia com a própria evolução econômica do país.

Prevaleceram desse modo, as regras de inserção do Brasil no mercado mundial como fornecedor de artigos tropicais. Logo, os parâmetros de decisões que norteavam as



Indústria E Pensamento Industrial Na Primeira República – Eujácio Roberto Silveira

linhas gerais da economia vigente obedeceram a matrizes de decisões hegemônicas apoiadas em grupos majoritários de estreitas ligações com as oligarquias estaduais¹. Além disso, estavam pouco inclinados ao reconhecimento específico do conteúdo prático contido nas ideias dos apologistas da industrialização², embora tivessem tido, em alguns momentos, posições relativamente favoráveis ao reconhecimento dos esforços industrialistas em reivindicar taxas de câmbio mais favoráveis ao fomento industrial.

Apesar de apontar um formidável crescimento da atividade industrial, nas primeiras décadas do século XX, a industrialização não conseguiu reunir forças o suficiente para alterar as estruturas socioeconômicas do país na medida em que a abolição da escravidão e a Proclamação da República não foram suficientes para impor mudanças mais profundas do papel econômico do Brasil na divisão mundial do trabalho. Isso porque os grupos que controlavam o aparelho de Estado não partilhavam do ideário defendido pelos industrialistas que visavam, apoiados na adoção de uma estrutura estimuladora para o incremento da indústria, o desenvolvimento econômico do país.

O líder empresarial Roberto Simonsen considerava a industrialização como um resultado das dificuldades no setor externo da economia, isto é, em decorrência de guerras, de crises internacionais, de problemas nas exportações etc, a importação tornou-se invariavelmente mais difícil, para não dizer impossível, compelindo uma política voltada à sua substituição. Essa visão ficou conhecida como teoria dos choques adversos, ela foi reforçada na década de 1950, graças aos esforços da disseminação das ideias da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Defendia-se a ideia de que a industrialização dos países periféricos avançava quando havia crises internacionais que desajustavam a ordem econômica vigente, permitindo alinhamentos internos em direção ao desenvolvimento industrial. Na concepção cepalina, a mudança para um novo padrão

¹ Quando os próprios fazendeiros não estavam diretamente na hegemonia do poder de Estado: “Não foi por acaso que o famoso *funding loan*, elaborado pelos banqueiros de Londres, tenha sido assinado pelo governo de Campos Sales e sua preparação se tenha dado no governo anterior, de Prudente de Moraes, tendo como Ministro da Fazenda Bernardino de Campos, ou seja, representantes típicos da lavoura cafeeira. (...) lembrando que ‘Campos Sales era fazendeiro, casado com herdeira de fazenda, filho e neto de fazendeiros de Campinas’ (LIMA: 1976, p.91).

² Num libelo em defesa da nascente indústria nacional, com uma série de medidas protecionistas, Sarzedelo Correia, em 1903, já com um currículo vasto de homem de Estado, defendia a redução das remessas de lucros para o exterior, proteção tarifária às indústrias nacionais nascentes, nacionalização da mineração, abolição dos impostos interestaduais, melhoria do sistema de transporte. Dentre outros, cita a política de nações mais desenvolvidas industrialmente: “Escutai Robert Peel, no parlamento: ‘o ferro e o carvão são os nervos da indústria e nos dão vantagens sobre todos os povos nas lutas da indústria manufatureira’; e adiante: ‘o livre câmbio foi para a Inglaterra uma reforma inspirada no interesse nacional’, (...) é a Inglaterra mesma, diante do progresso industrial dos Estados Unidos e da Alemanha, que lhe disputam mercados por toda a parte, quem agita modernamente pela palavra de Chamberlain a necessidade de uma política comercial de defesa para a sua produção” (CORREIA: 1980, p. 137).



Indústria E Pensamento Industrial Na Primeira República – Eujácio Roberto Silveira

de crescimento, dirigido ao mercado interno, só se realiza em épocas de crise como aquela gerada pela Primeira Guerra Mundial, quando os laços de dependência da periferia com os centros econômicos se fragilizavam.

Nos anos 1970, o historiador americano Warren Dean defendeu a ideia de que a industrialização fora resultado direto da expansão do setor exportador brasileiro, com destaque para o estado de São Paulo. Conforme Dean, ao contrário do ponto de vista sustentado pela Cepal, a Primeira Guerra Mundial, ao invés de estimular o desenvolvimento industrial, acabou interrompendo-o. Afirma que a depressão econômica dos anos 1930, que provocou grave crise no comércio do café, teve um efeito negativo para as indústrias de São Paulo. Sua convicção tinha no comércio do café os alicerces da industrialização paulista, pois, graças ao café, foi possível formar um mercado para os produtos industrializados, integrado por meio das estradas de ferro. Além disso, criou um sistema para a distribuição desses produtos e aumentou a oferta da mão de obra por meio da imigração. Nessa mesma direção, em maior ou menor grau, também foram os trabalhos de Caio Prado Júnior, Carlos Manuel Paláes, entre outros, que tiveram o mérito de explicar o crescimento industrial observado durante as fases de expansão das exportações, o que não foi possível pela teoria dos choques adversos.

Outra vertente de crítica à teoria dos choques adversos foi a tese inspirada no *capitalismo tardio*, que procurou mostrar que a lógica da acumulação do capital era fundamental para a compreensão do fenômeno de industrialização do Brasil. Assim, o crescimento seria o resultado da acumulação de capital no setor agrícola exportador que começara a adquirir um perfil capitalista no final do século XIX. Por volta de 1880, o capital cafeeiro estava em franca expansão graças ao emprego da máquina de beneficiar café e a construção de um sistema ferroviário. E mais, o país entrava no processo de transição para o trabalho assalariado, uma das características do modo de produção capitalista. Pela ótica do capitalismo tardio, defendida por João Manuel Cardoso de Mello e Sérgio Silva, essa economia foi capaz de produzir as condições necessárias para o surgimento do capital industrial: 1) acumulação prévia de capital para investimento no setor; 2) criação de um mercado interno capaz de consumir os produtos industrializados; 3) formação de um mercado de trabalho livre. Dessa maneira, o setor industrial é concebido como parte do *complexo exportador de café*.

Diferentemente daqueles que se alinharam às proposições de Dean, há quem veja a relação entre esses dois setores de forma não linear. Nesse sentido, caso haja uma extrema queda ou diminuição no setor de exportação em crise não se refletirá em longo



Indústria E Pensamento Industrial Na Primeira República – Eujácio Roberto Silveira

prazo no setor industrial, tendo em vista sua recuperação por intermédio do aumento de proteção ao mercado interno resultante da capacidade de importar. Por sua vez, pela ótica do capitalismo tardio, o capital industrial desenvolveu uma relação contraditória com o cafeeiro. Pois, embora a expansão do primeiro incentive a acumulação do segundo, o capital industrial não se coaduna com as características mercantis do capital cafeeiro que, todavia, se subordina ao capital internacional. Daí a contradição ser dupla, ou seja, dentro da divisão internacional do trabalho, não competia ao Brasil impulsionar o capital industrial, gerando, assim, um desenvolvimento industrial necessariamente limitado.

Por outro lado, o pensamento industrial marcado pela defesa da indústria sempre esteve na vanguarda do estímulo de políticas de Estado em defesa da proteção alfandegária como um dos recursos de maior importância para impulsionar a industrialização do país, assim como a crítica do grau de dependência do Brasil ao mercado externo. Contudo, o pensamento industrial brasileiro não comportou grandes elaborações teóricas, assumiu sobretudo um caráter de ação pragmática, que nem por isso deixa de constituir uma herança ideológica.

No Brasil, a necessidade de uma motivação da indústria começou a ser defendidas ainda nas primeiras décadas do século XIX, por meio da atuação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e pelo próprio governo imperial. As primeiras manifestações em favor da indústria datam da época de sua fundação, 19 de outubro de 1827, quando a Sociedade Auxiliadora se instala solenemente. No primeiro pronunciamento, o seu Secretário Inácio Alvares Pinto de Almeida define o seu objetivo, que é essencialmente “cooperar para a felicidade nacional”. Para tanto, está “convencido de que nenhum País floresce, e se felicita sem indústria; por ser ela o móvel principal da prosperidade e da riqueza, tanto pública, quanto particular de uma nação culta e realmente independente” (CARONE: 1978, 16).

Essa manifestação não deixa de ser paradoxal em se tratando de uma sociedade escravocrata, no contexto histórico vigente, que era o de início do processo de autonomia do Brasil, país em que os escravos se constituíam como o grosso da população e os homens livres, sua minoria; lugar em que as novas instituições políticas e culturais começavam a tomar forma, e o mais significativo, eram tempos de graves definições políticas, que se traduziam em lutas intestinais de facções que culminaram com a queda de D. Pedro I e o início do complexo e conturbado período da Regência³.

³ A geração da Independência do Brasil sofreu forte influência das ideias europeias, como ficou evidente no modelo da Constituição de 1824, confluência de um modelo constitucional clássico com um aspecto, no



Indústria E Pensamento Industrial Na Primeira República – Eujácio Roberto Silveira

No longo caminho percorrido pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o seu principal marco de defesa se voltava para a agricultura⁴, é por isso que, em 1881, Antonio Felício dos Santos funda a Associação Industrial, com claros objetivos de defesa da indústria nacional. A primeira manifestação em defesa da atividade industrial realizada pela Sociedade Auxiliadora, em 1837, teve na pessoa de Raimundo José da C. Matos, ainda que marginalmente, um foco bem claro, o de exportar artigos manufaturados e acumular capitais.⁵

A atuação da Sociedade na segunda metade do século XIX ficou marcada pela defesa de inúmeros temas importantes para o incentivo das atividades industriais, mas o de maior relevância foi os das tarifas alfandegárias: 1844, 1879 e 1897. Os tempos eram outros e os problemas relacionados à indústria se tornaram mais dinâmicos e de maior complexidade. Em 1904 a Sociedade Auxiliadora se funde com o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, e culminou com a fundação do Centro Industrial do Brasil na capital federal.

Os pressupostos de fundação do Centro Industrial do Brasil tinham por finalidade promover o desenvolvimento e fortalecimento dos diversos ramos da indústria nacional. Nessa época o Brasil já contabilizava 2.907 estabelecimentos industriais, que iam desde oficinas de três a 16 operários, como os ramos de: foles, gelo, formas para calçado, instrumentos musicais, maisena, manteiga e queijos e massas alimentícias. Até as grandes tecelagens que reuniam centenas de operários, aliás, um dos ramos industriais mais antigos do Brasil. No ramo têxtil, a média era de 285 operários nas de fiação e tecelagem de algodão, nas de juta, 349, lã, 130, aramina 200, linho, 80, e nas de seda empregava, em média, 49 operários⁶.

mínimo, *sui generis* e único, o Poder Moderador, modelo este que também persistiu no Segundo Reinado. (CARONE: 1978, 17).

⁴ Essa fase, especialmente, é marcada por um debate que vê na “modernização” do campo uma premissa válida para o progresso, em função de “as principais lideranças do *movimento ruralista* em foco não se terem constituído de representantes da grande cafeicultura paulista, mas sim dos que a ela visavam contrapor seu projeto ‘modernizador’, que em muito diferia daquele elaborado pela facção de classe hegemônica, ainda que ambos partilhassem de certos pressupostos básicos. Dentre estes, destacavam-se os parâmetros de uma avaliação semelhante da realidade agrícola do país, pautada pela noção de *crise* e que, por isso mesmo, impunham atitudes e predisposições comuns, destinadas a regenerar e estender o ‘progresso’ ao campo”. (SILVA & SILVA, SZMRECSÁNYI (Orgs): 2002, p. 174).

⁵ Afirma que “Muitos economistas brasileiros entendem que o Brasil deve ser um Estado puramente agrícola! Eu, Senhores, não posso partilhar essas ideias, eu sou de opinião que em vez de diminuirmos, devemos aumentar, proteger e animar muitos ramos da indústria manufatureira (...), e donde se devem exportar artigos que em pequeno volume montem a um grande capital”. (CARONE: 1978, p.47).

⁶ Diretoria Geral de Estatística, Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, Recenseamento do Brasil de 1920: Indústria. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, Volume V, 1927, p. VIII, IX.



Indústria E Pensamento Industrial Na Primeira República – Eujácio Roberto Silveira

No ano da proclamação da República em 1889, existiam pouco mais de 600 estabelecimentos industriais no Brasil, saltando para 3.258 em 1907. Isso representava um crescimento na ordem de 450% e um capital na casa dos 665.576.663 contos de réis, empregando um contingente de 151.841 operários. No recenseamento industrial de 1920, os números apontam 13.336 unidades fabris no Brasil, em sua grande maioria, eram firmas de propriedade brasileira, todavia, as exceções não devem ser subestimadas, pois figuravam entre as maiores, mais rentáveis e antigas dos primeiros empreendimentos industriais do país, principalmente do setor têxtil e de alimentação.

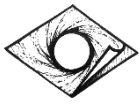
O estado de São Paulo, em 1907, somava 314 estabelecimentos industriais com um capital estimado em 118:346:000\$ (cento e dezoito contos e trezentos e quarenta e seis mil réis ouro); correspondendo a um número de operários de 22.355 trabalhadores em atividade. No tocante ao valor produção industrial, no mesmo período, as indústrias paulistas atingiram a casa dos 110:754:000\$ contos de réis ouro.⁷

Entre 1907 e 1920, registra-se um forte crescimento das atividades industriais no Brasil com 10.078 novos estabelecimentos, porém, cabe uma ressalva, alguns autores, como José de Souza Martins e Wilson Suzigan, veem o censo industrial de 1907 e até o de 1920 com alguma desconfiança, argumentando que o crescimento industrial apontado entre os dois censos é falho para uma apreciação mais exata do crescimento industrial. Todavia, tais preocupações não invalidam a constatação de sublinhar a dinâmica ascendente registrada pela atividade fabril, entre 1903 e 1914, aliás, mais consensual para alguns pesquisadores da área econômica e sociológica⁸.

Por sua vez, esses dados registram o estado de São Paulo com 4.145 estabelecimentos industriais inscritos em 1920, com um montante de capital investido da ordem de 537:817:439.000\$ contos de réis ouro. Enquanto o número de operários, nesse mesmo período, saltava para 83.998 trabalhadores em atividade, gerando um acréscimo de 61.643 novos operários em relação a 1907, representando, portanto, um aumento da mão de obra empregada de 275%, elevando o valor da sua produção industrial para a casa dos 986:110:256.000\$ contos de réis ouro contra 110:754:391, em 1907. São perceptíveis, já na década de 1910, as oportunidades abertas para o empreendedorismo empresarial que irá transformar São Paulo, décadas mais tarde, num dinâmico pólo industrial abrangendo inúmeros ramos da produção industrial.

⁷ (Idem: *Ibidem*, Volume V, 1927, p. VIII).

⁸ Como defendem Warren Dean (1979) e José de Souza Martins (2004).



Indústria E Pensamento Industrial Na Primeira República – Eujácio Roberto Silveira

Para que possamos mensurar os resultados do crescimento da produção fabril de São Paulo nesse curto período, fizemos uma comparação com a soma dos resultados produtivos obtidos, nessa mesma época, pelas indústrias do Distrito Federal e Rio de Janeiro. Constatamos que a dinâmica desse crescimento já vinha sendo notada desde 1907; quando a atividade produtiva fluminense atingia o valor de 850:437:169\$000, e a produção paulista chegava aos 986:110:256\$000, abrindo uma diferença de 16% a mais em relação àqueles resultados apresentados pela a economia do estado do Rio de Janeiro e da Capital Federal. Contudo, apesar desse resultado a favor da indústria paulista, o capital empregado na indústria fluminense ainda era superior: 284:648:871\$ contra 129:750:889\$ da indústria paulista⁹. Por sua vez, conforme Wilson Cano, A expansão industrial em São Paulo, ocorrida, em sua maior parte, num período (1907-1919) posterior ao período em que é implantada nas regiões do Rio de Janeiro/Guanabara, “permitiu que a indústria paulista certamente operasse a níveis melhores de eficiência do que a sua congênere naquela região” (CANO: 1977, 226).

Essa concentração da indústria em São Paulo pode encontrar um viés de explicação pelo número de circunstâncias favoráveis que aí se reuniam. A principal delas é o progresso geral do estado, motivado pelo desenvolvimento de sua cafeicultura, o que lhe proporcionou riqueza e aumento demográfico. O movimento contínuo de imigrantes para o estado de São Paulo concorrerá com a habilitação técnica do trabalhador europeu, muito superior ao nacional recém-egresso da escravidão ou estado similares (PRADO JÚNIOR: 1963, 266). Estima-se que tenha entrado no estado de São Paulo, pelo Porto de Santos, entre 1870 e 1919, cerca de um milhão setecentos e quarenta imigrantes. Sendo que, para os três maiores grupos, temos 858.776 de origem italiana, 380.496 de origem espanhola, enquanto que a entrada de portugueses foi de 273.063 imigrantes. O restante, alemães, austríacos, japoneses e outros somaram 228.901 pessoas que entraram no país (WALKER, SOUSA: 2000, 24-25).

Outra questão de fundamental importância foi a construção de estradas de ferro em São Paulo, um dos símbolos da Revolução Industrial inglesa do século XIX, ligando zonas produtoras do interior do estado ao litoral, transportando, além do café, algodão, açúcar, sal, couros, aguardente, fumo, cereais, entre outros. Além disso, transportava passageiros, mercadorias e também animais, caracterizando-se, assim, como um meio de transporte genuinamente moderno, ampliando e unificando os mercados, “a economia

⁹ (Diretoria Geral de Estatística, Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, Recenseamento do Brasil de 1920: Indústria. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, Volume V, 1927, p.VII, VIII).



Indústria E Pensamento Industrial Na Primeira República – Eujácio Roberto Silveira

industrial, nos seus primórdios, descobriu – graças em grande parte à pressão da busca de lucro da acumulação do capital- o que Marx chamou de sua ‘suprema realização’: a estrada de ferro” (HOBSBAWN: 2009, 65-66). Desta forma, cabe salientar que por causa da estrada de ferro, do vapor e telégrafo, que figuram como importantes suportes aos meios de produção. Na medida em que a economia capitalista pudesse se multiplicar com o aumento das transações comerciais, onde o mundo inteiro tornar-se-ia parte dessa economia. O que Hobsbawn chamou de “criação de um único mundo expandido” (Idem: 2009, 65-66).

Em dados de 1914, foi constatado um crescimento contínuo desse meio de transporte no estado: em 1880 havia 1.176 km, em 1900 chega a 3.373, e atinge a marca de 6.137 km, no primeiro ano da guerra, 1914¹⁰. O que possibilitou o encurtamento das distantes regiões produtoras do estado até a cidade de Santos, por onde se exportavam esses produtos para os mercados europeus e norte-americanos. E, por último, a abundância da energia hidráulica, que contou com forte investimento de capitais externos.

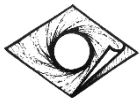
Em 1920, esse potencial deu um salto que indica, de um lado, o rápido processo de urbanização vivido pela cidade de São Paulo, e, do outro, um crescente aumento da sua atividade industrial, a força motriz atinge 100.216 HP¹¹. Por sua vez, a indústria foi substituindo o oneroso consumo do carvão importado pela acessível e barata energia elétrica, sobretudo na capital do estado.

Os investimentos do capital internacional na geração de energia elétrica eram de fácil recuperação, na medida em que abrangiam outros serviços, como o de transporte de passageiros, por meio da implantação, na cidade de São Paulo, do bonde elétrico. Serviço também operado por meio de concessão pública pela Light and Power Company Ltd¹². Os bondes elétricos da Light, além de terem se transformado na mais importante

¹⁰ Revista de Comércio e Indústria. São Paulo: 20 março, 1915, Ano I, nº 2, p. 41.

¹¹ Segundo o Recenseamento de 1920: em 1907, a atividade industrial do estado de São Paulo era de 18.301 cavalos-vapor, representava cerca de 16,75% da força total empregada na atividade industrial brasileira. Já em 1920, registra-se um salto significativo para 100.216 HP, representando 27,6% da potência motriz aplicada na indústria nacional. Além disso, o recenseamento já apontava São Paulo como estado de maior atividade industrial no Brasil. (Diretoria Geral de Estatísticas, 1927, *Op. cit.* p. LXXXVI, LXXXVII).

¹² Em 08 de Maio de 1900, a imprensa da capital assim noticiava a inauguração da primeira linha de bonde da cidade: “Ao logo de todo o trajeto, registrou a edição do *O Estado de São Paulo* do dia seguinte, “juntou-se uma enorme multidão, aplaudindo e dando ‘vivas’ a companhia, enquanto os veículos passavam lotados”. *O Correio Paulistano* cuidou de dar enfoque mais amplo à inauguração, observando que fora “um acontecimento da mais alta, aqueles que assinalam uma série de grandes melhorias, que a poderosa companhia está para introduzir por aqui. A inauguração assumiu proporções de um grande evento e, de forma extraordinária, agitou a vida da capital. A população em massa acorreu ansiosa para lugares de onde pudesse apreciar aquele sinal de progresso há tempos desejado” (MACDOWAL: 2000, 27).



Indústria E Pensamento Industrial Na Primeira República – Eujácio Roberto Silveira

fonte de lucro da empresa nos primeiros anos de sua atividade na cidade de São Paulo, foram, desde o início do século xx, fatores decisivos para a reordenação espacial da continua expansão da cidade. Foram, também, fundamentais na incorporação e valorização de novas áreas urbanas e na crescente especulação imobiliária (LORENZO: 1998, 165).

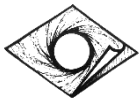
Essa empresa, assim como as demais empresas estrangeiras, procurava atuar em vários segmentos da economia do país por iniciativa do capital estrangeiro. Em seu conjunto, as atividades dessas empresas propiciavam vantagens manifestas, a médio e longo prazo, em condições de lucros excepcionais. Além disso, a constituição de monopólios para exploração de atividades econômicas era uma questão estratégica para essas empresas (IDEM: Ibidem, 165).

Via de regra, o crescimento industrial brasileiro permaneceu vinculado às condições impostas pelo jogo de dependência de suas exportações controladas pelo capital internacional, pois “A sua sorte estará indissolúvelmente ligada e estreitamente subordinada às vicissitudes de um fator inteiramente estranho a ela e sobre que não tem a mais remota ação: o comércio exterior e a balança de contas internacionais do país” (PRADO JÚNIOR: 1963, 271)

Dessa forma, os elos de dependência econômica externa limitaram o desenvolvimento industrial brasileiro, mas capitalista dependente. A industrialização não apareceu como um “movimento novo” que pôs em causa no longo prazo um modo de produção pré-capitalista, mas como uma transferência das bases técnicas da relação do capitalismo dependente com o capitalismo dominante, transferência perfeitamente assimilável no sistema e que reproduziu a própria relação de dependência. Ora, o desenvolvimento industrial pode ser possível mesmo no quadro de uma relação com a metrópole, entretanto, o que não pode deixar de ser ressaltado são os limites de um desenvolvimento industrial que parta dessas bases (DAWBOR: 1982, 127).

A prosperidade das atividades industriais dependia do desenvolvimento das iniciativas do setor primário e a manutenção da divisão internacional capitalista do trabalho mostrou-se um elemento determinante. Em última análise, em sintonia com a própria evolução econômica do país.

Prevaleceram desse modo, as regras de inserção do Brasil no mercado mundial como fornecedor de artigos tropicais. Logo, os parâmetros de decisões que norteavam as linhas gerais da economia vigente obedeceram a matrizes de decisões hegemônicas apoiadas em grupos majoritários de estreitas ligações com as oligarquias estaduais. Além



Indústria E Pensamento Industrial Na Primeira República – Eujácio Roberto Silveira

disso, estavam pouco inclinados ao reconhecimento específico do conteúdo prático contido nas ideias dos apologistas da industrialização¹³, embora tivessem tido, em alguns momentos, posições relativamente favoráveis ao reconhecimento dos esforços industrialistas em reivindicar taxas de câmbio mais convenientes ao fomento industrial.

Apesar de apontar um formidável crescimento da atividade industrial, nas primeiras décadas do século XX, a industrialização não conseguiu reunir forças o suficiente para alterar as estruturas socioeconômicas do país. Os grupos que controlavam o aparelho de Estado não partilhavam do ideário defendido pelos industrialistas que visavam, apoiados na adoção de uma estrutura estimuladora para o incremento da indústria, o desenvolvimento econômico do país, ideologia defendida nos segmentos da indústria.

III. PENSAMENTO INDUSTRIAL

O empresário Roberto Simonsen, na luta em defesa da industrialização no Brasil e como representante dela, defendeu uma posição de equilíbrio entre o setor agrário e o industrial, em 1928, em discurso que traçou a orientação a ser seguida pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, que fundava nessa ocasião, observou que:

Se é certo que a estrutura econômica do Brasil deve repousar na cultura da terra, não é menos certo que, no estágio atual da civilização, a independência econômica de uma grande nação, seu prestígio e sua atuação política como povo independente no conserto das nações só podem ser tomadas na consideração devida, possuindo este país um parque industrial eficiente, na altura do seu desenvolvimento agrícola (apud LIMA: 1976, 164).

Conforme Nícia Vilela Luz (1975), os representantes da indústria apresentavam os clássicos argumentos de inspiração nacionalista, ou seja, defesa do trabalho nacional e da independência econômica do país. É possível distinguir no movimento a favor da industrialização do Brasil, durante a primeira República, três momentos distintos: 1) a do

¹³ Num libelo em defesa da nascente indústria nacional, com uma série de medidas protecionistas, Sarzedelo Correia, em 1903, já com um currículo vasto de homem de Estado, defendia a redução das remessas de lucros para o exterior, proteção tarifária às indústrias nacionais nascentes, nacionalização da mineração, abolição dos impostos interestaduais, melhoria do sistema de transporte. Dentre outros, cita a política de nações mais desenvolvidas industrialmente: “Escutai Robert Peel, no parlamento: ‘o ferro e o carvão são os nervos da indústria e nos dão vantagens sobre todos os povos nas lutas da indústria manufatureira’; e adiante: ‘o livre câmbio foi para a Inglaterra uma reforma inspirada no interesse nacional’, (...) é a Inglaterra mesma, diante do progresso industrial dos Estados Unidos e da Alemanha, que lhe disputam mercados por toda a parte, quem agita modernamente pela palavra de Chamberlain a necessidade de uma política comercial de defesa para a sua produção” (CORREIA: 1980, p. 137).



Indústria E Pensamento Industrial Na Primeira República – Eujácio Roberto Silveira

industrialismo da primeira década republicana, industrialismo cuja vigência seria posta em questionamento direto por setores políticos identificados com a cafeicultura, principalmente a partir de 1898 (com a queda do preço do café¹⁴ e a grave crise financeira que enfrentava o país, a ofensiva protecionista do começo do século não alcançaria o ano de 1907); 2) com o abandono do projeto *cambial* do deputado federal João Luis Alves (eminente jurista da República), que reunia uma série de medidas protecionistas em prol do emergente setor industrial; 3) e, finalmente, a fase de consolidação em que a indústria, já contando com uma defesa mais ampla na cena política republicana, vai defender suas conquistas contra esses adversários que a acusavam de ser responsável pelo crescente custo de vida que o país sofria, tornando a luta ideológica entre os oligarcas e industrialistas mais saliente¹⁵.

Apesar de o setor industrial tentar constituir os fundamentos de uma ideologia apoiada na defesa dos interesses nacionais, na qualidade de exportador de gêneros agrícolas, o Brasil se inscreverá na ordem do capitalismo mundial como parte integrante e articulada deste, não havendo, portanto, margens de manobra ao exercício para grandes excedentes de capitais dos setores eminentemente industriais. Logo, as contradições da exploração do capitalismo tomam assim um caráter muito mais intenso e extremo, pois entre outros efeitos presentes estão a deficiência e a lentidão da acumulação capitalista brasileira, essencialmente débil. O exemplo máximo disso se observa no papel que o imperialismo tem representado no sentido de manter a economia brasileira na condição primária de fornecedora de gêneros tropicais ao comércio internacional (PRADO JÚNIOR: 1963, 285).

Em 1904 foi criado o Centro Industrial Brasileiro (CIB), resultado da fusão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem (BIANCHI: 2001, 34).

¹⁴ Nas duas últimas décadas do século XIX e começo do século XX, a expansão da lavoura cafeeira subiu cerca 550%. No estado de São Paulo, o plantio saltou de 105 milhões para 685 milhões de novos pés de café, gerando um perigoso precedente de superprodução no setor. Assim, a adoção de novas políticas de valorização temporária do café, por parte dos estados cafeeiros, e contando com o apoio do governo federal em 1906, 1917 e 1921, e do programa de proteção iniciado em 1922, visava a estocar e reter grandes volumes de sacas de café a fim de sustentar seus preços no mercado mundial (GORENDER: 1981, 35); (CANO: 2011, 213); (PRADO JR.: 1963, 235).

¹⁵ Por outro lado, esses setores identificados com a defesa da cafeicultura relativizavam suas posições políticas afirmando que “A lavoura nunca fora propriamente contrária ao desenvolvimento industrial do país, preferindo, contudo, que ele se processasse lentamente para que não viesse agravar os problemas de falta de capitais e mão de obra que afetavam as atividades agrícolas. Era, além disso, particularmente contrária a uma política protecionista que prejudicasse o consumidor” (LUZ: 1975, p.61).



Indústria E Pensamento Industrial Na Primeira República – Eujácio Roberto Silveira

Com a criação do CIB, houve efetivamente um avanço na tomada de posição do empresariado industrial, pois, ainda em formação, pela primeira vez, começou a expressar as suas reivindicações de forma mais coesa. Com o surgimento de uma primeira geração de empresários ligados à indústria, portadores de um discurso unificado em defesa do industrialismo, Carone mostra que as suas formulações se limitavam a certo ‘pragmatismo’ que mais se ajustavam aos problemas momentâneos e concretos que surgiam na luta pela industrialização. Dessa primeira geração, formada no interior de organismos com sede ainda no Rio de Janeiro, figuram: Sezedelo Correia, Amaro Cavalcanti, Jorge Street, Vasco Cunha, Leite e Oiticica, Américo Werneck, Veira Souto, entre outros (HARDMAN, LEONARDI: 1991, 81).

Todavia, há um intenso debate que envolve essa primeira geração com claros propósitos de proteção do mercado nacional contra a “concorrência desleal” dos produtos importados¹⁶. O industrial Jorge Street expressou com veemência essa posição quando atacou a política de câmbio livre e a do livre comércio, e, como representante do Centro Industrial do Brasil, afirmou que “O sistema livre-cambista está moribundo no mundo inteiro e a estupenda progressão econômica da América do Norte, da Alemanha, da Rússia e da Itália, devida unicamente ao apoio e proteção à *outrance* dada por essas nações às suas indústrias, tornou indiscutível a vitória do protecionismo” (Apud CARONE: 1978, 162-227)¹⁷.

Além disso, defensores da economia agrária acusavam os industrialistas de serem os responsáveis pela carestia e pela baixa qualidade dos produtos manufaturados provenientes da indústria nacional. Isso em parte pode ser explicado pelo elevado custo da matéria-prima¹⁸ importada pela indústria nacional. Para se ter uma ideia, a verba destinada à aquisição da *matéria-prima* representa, em geral, mais de 50% de todas as despesas feitas nas fábricas. Em números proporcionais, os gastos atingem coeficiente

¹⁶ Edgar Carone anota, no entanto, que esse pragmatismo ideológico da classe produtora também era uma forma de expressão *teórica*, pois buscava valorizar questões de suma importância em defesa da indústria, como, por exemplo, o problema tarifário (CARONE, 1978, 162).

¹⁷ Há um longo debate encaminhado pelo Centro Industrial do Brasil condenando a liberdade do câmbio como uma medida de fundamental importância para o desenvolvimento industrial e dos interesses do Brasil. São flagrantes, nesse debate, os ataques sofridos pelos defensores do controle cambial, àqueles ligados a exportação de artigos tropicais, contra o anteprojeto do Deputado João Luis Alves. O também empresário Veira Souto, dessa primeira geração, assumiu a sua defesa com entusiasmo, contudo, como já foi mencionado aqui, o projeto foi desfigurado e, posteriormente (1907), deixado de lado (IDEM: Ibidem, 309).

¹⁸ Não era descabida a defesa do setor industrial de taxas de câmbios mais baixas, ante a necessidade de insumos para a indústria, o seu preço final não era competitivo se comparado com os similares vindos de fora, um dilema que a indústria nacional viria a enfrentar em diversas etapas ao longo de seu desenvolvimento econômico.



Indústria E Pensamento Industrial Na Primeira República – Eujácio Roberto Silveira

máximo nas indústrias de alimentação (80,6%) e o coeficiente mínimo as despesas realizadas nas indústrias da produção e transmissão de forças físicas (9,5%), como aponta o Censo Industrial de 1º de Setembro de 1920¹⁹

Por meio desses dados, podemos inferir que o setor industrial mais sensível que podia exercer pressão nos preços de gêneros de primeira necessidade era aquele ligado ao ramo alimentício, no qual o custo chegava aos 80% da cadeia produtiva do setor. Outro importante fator que figurava no preço final das mercadorias era a energia. Em 1907, a energia térmica representava 73% da geração de energia dirigida à indústria brasileira, apesar do crescimento registrado na produção e desenvolvimento da capacidade da energia termelétrica, que saltou de 52kw de capacidade em 1883, e por volta de 1890 chegara a 5030kw de capacidade térmica e hidráulica, atingindo o importante patamar 12.085kw no ano de 1900 (McDOWALL: 2008, 35).

Apesar das dificuldades encontradas pelos industrialistas na luta pela industrialização do país, fazendo do Congresso Nacional um importante aporte para disseminar suas posições políticas e econômicas, o setor industrial também reconhecerá a contribuição de seus adversários quando “defendem-se cuidadosamente de serem contrários à proteção às nossas indústrias, declarando apenas querer fazer entre elas uma seleção e opondo-se a exagerada proteção, que reputam de nocivas consequências” (MORAES FILHO: 1980, 129).

O industrial Jorge Street procurava defender a conciliação dos interesses da indústria com os do Tesouro Nacional, argumentando que, diferentemente daquilo que é defendido pelos partidários do livre cambismo, as taxas de câmbio mais altas não são as vilãs da redução de arrecadações de receitas das importações. Assim, segundo Street, “se o aumento geral da tarifa fosse tal que dele resultasse a quase cessação da importação estrangeira, a renda alfandegária baixaria de forma correspondente. Não é, porém, isto que tem se dado entre nós” (IDEM: Ibidem, 130).

Continua sua linha de raciocínio argumentando que, até 1895, havia um marco de proteção nas tarifas praticadas nas importações, com o sistema dos adicionais compensatórios, tendo como finalidade contrabalançar a baixa do câmbio, entretanto, a partir de 1896, esses adicionais foram incorporados às taxas tarifárias, elevando-as substancialmente e dificultando a vida da indústria nacional

¹⁹ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil de 1920: Indústria. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, Volume V, 1927, p. CXV.

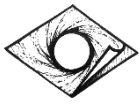


Indústria E Pensamento Industrial Na Primeira República – Eujácio Roberto Silveira

Na também linha de atuação política da Associação Industrial do Brasil, dirigida por Antonio Felício dos Santos, fica claro no Manifesto da Associação, em 1881, o clamor dos industriais brasileiros na defesa do mercado nacional ante a concorrência das mercadorias inglesas, reclamando do governo medidas que protegessem os interesses nacionais da indústria: “enquanto o Brasil não se reger pelo sistema protetor, a Inglaterra continuará a explorar-nos como consumidores”. Nessa mesma ocasião, o *Jornal do Commercio* de 11/12/1912 publicava o parecer de seu correspondente inglês no Rio de Janeiro que, com muita naturalidade e ironia, expressava sua aprovação a respeito da política adotada pelo governo brasileiro que beneficiava os produtos ingleses, “Nada sabemos da política interna do Sr. Saraiva, mas não podemos deixar de aplaudí-lo com entusiasmo depois da sua declaração de anti-protetionista”. Os argumentos liberais contrários ao protecionismo alfandegário e o intervencionismo estatal, a favor do livre cambismo aduaneiro, apontavam para o futuro do Brasil o caminho econômico que lhes parecia melhor.

Como podemos notar, há um claro delineamento da disputa política levada pelo setor industrial brasileiro na defesa de um mercado de consumo que viesse a estimular a indústria nacional, em que “A produção para o consumo, ao menos, é uma noção de economia elementar” (IDEM, *Ibidem*: 22-23). Essa também será a posição política do Centro Industrial do Brasil contra medidas governamentais que viessem a prejudicar o lento processo de consolidação dos mais diversos ramos da indústria nacional. Essa posição indica o papel de destaque que essa entidade assegurava para si nessa primeira fase da luta pela defesa da industrialização do país, denunciando a ilegalidade de inúmeros produtos estrangeiros que entravam no Brasil de forma irregular, além de lutar por uma taxa de câmbio correspondente aos interesses da indústria nacional. Desse modo, a primeira geração de industrialistas tornaram-se protagonistas de uma atuação marcada pelo pragmatismo exigido pelo momento (IDEM, *Ibidem*, 81).

A partir de 1920, já refletindo a atuação de uma segunda geração de empresários do ramo industrial, tendo à frente Roberto Simonsen, O. Pupo Nogueira, Carmello D’Agostini, Euvaldo Lodi, João Daudt d’Oliveira, Pereira Inácio suas preocupações se voltam para os problemas mais gerais, buscando teorizar e proporcionar uma maior dimensão às suas reivindicações como patronato industrial, procurando até lutar a favor de um planejamento da economia, aspecto que marcará sua atuação durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na mesma proporção do crescimento da atividade industrial no país, principalmente no sudeste do país, novos segmentos de



Indústria E Pensamento Industrial Na Primeira República – Eujácio Roberto Silveira

representação patronal se constituíram, apesar de suas limitações, como aponta Marisa Saens Leme (1978, 10), que a organização de entidades industriais, na década de 1920, encontrava-se, segundo ela, “em seu estágio mais primitivo, pelo fato de se constituírem em associações civis dos empresários de um mesmo setor fabril, que se limitam, geograficamente, apenas a um único município, ou no máximo, a um único Estado”.

No decorrer da década de 1920, novas representações patronais vão aparecer, visando à defesa dos seus interesses econômicos mais imediatos em relação ao comércio importador, tendo como base as disputas de posições do setor industrial e comercial agrupados na Associação Comercial de São Paulo até maio de 1928. Por conseguinte, A crise de 1924-1925 provoca difícil situação para a indústria, pois “o mercado nacional começa a ser inundado por tecidos estrangeiros, sobretudo ingleses. O apelo dos fabricantes no sentido do aumento tarifário é constante. Em janeiro de 1928, com a eleição para a diretoria da entidade, esboça-se a cisão” (Idem,16).

A burguesia industrial era, assim, às portas da Revolução de 1930, um setor social com um peso na economia muito inferior ao setor agroexportador. Possuía, entretanto, uma dimensão que lhe possibilitava expressar seus interesses na esfera governamental. Fundaram inúmeros centros regionais durante os anos de 1920 e afirmou-se uma liderança empresarial, cujas figuras que mais se distinguiram foram Roberto Simonsen, em São Paulo, e Euvaldo Lodi e Vicente Galliez, no Rio de Janeiro. Assim, além de uma força que objetivamente marcava sua presença na realidade nacional, os industriais construíram maior coesão na defesa dos seus interesses, organizando suas demandas em entidades de classe recém-fundadas (BIANCHI, 2001, 35).

Todavia, como resposta às entidades de classe do operariado grevista, efetivamente mais organizado, com 368 entidades espalhadas pelo território nacional, o empresariado medirá forças impulsionando a abertura de novas entidades de representação industrial, como também para lidar melhor com essas inúmeras associações proletárias (LEME, 1978,10-11). Muito além da elaboração de um discurso normalizador voltado ao setor industrial, às entidades de representação empresarial corriam atrás do “tempo perdido”, aprimorando politicamente a atuação de suas entidades num cenário marcado pelos conflitos trabalhistas. O CIESP- Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, fundada em 1928, a partir da alteração de seus estatutos, deixava de ser apenas uma associação civil passando a denomina-se Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, FIESP, através do Decreto Federal 19.770 de 1931.



Indústria E Pensamento Industrial Na Primeira República – Eujácio Roberto Silveira

Por sua vez, o Decreto-Lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939, a FIESP será reconhecida pelo Estado por meio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. E em 11 de maio de 1942, a associação sindical patronal elevava-se a um grau superior do ponto de organizacional. Com isso, o seu principal objetivo foi à coordenação e proteção das categorias econômicas pertencentes ao ramo da indústria no estado de São Paulo.

Em suma, a defesa da industrialização, além de proporcionar o aumento da riqueza geral do país, aceleraria o ingresso deste na civilização moderna proporcionando maior independência à economia nacional, reduzindo o impacto das flutuações econômicas do mercado internacional. Simultaneamente à defesa de autonomia dos industriais paulistas do ponto de vista organizativo, a indústria tornou-se defensora, através do seu mais ilustre representante, a ideia de que, conforme Simonsen, a “redenção da Nação” passava pelo desenvolvimento industrial e a superação da agroexportação.

Apesar da construção de novas entidades tenha possibilitado maior dinamismo nas decisões de interesse da indústria, a organização dos empresários industriais nacionalmente ainda era muito limitada. Até 1930, ao que tudo indica, não havia nenhum órgão que representasse o empresariado industrial brasileiro. A atuação conjunta dos industriais se realizava somente no plano regional de cada estado, uma vez que se encontravam mais integrados à fração dominante da burguesia agrária local do que propriamente aos representantes de outros estados. Careciam, efetivamente, de uma visão mais global dos problemas enfrentado em virtude do crescimento da indústria brasileira.

Entretanto, a defesa do ponto de vista da industrialização nas políticas de Estado encontrou, na década de 1930, a atuação de um empresariado bem mais ativo do que nos anos que antecederam a Revolução de 1930. Tendo em vista que o governo federal progressivamente assumia a bandeira da industrialização, que, tal como enunciado por Simonsen em 1928, passava a ser associada à própria construção da nacionalidade.

IV. CONCLUSÃO

O *modus operandi* da fração industrial da burguesia paulista se deteve na assimilação das experiências acumuladas pelo setor econômico e político que compunha o bloco de poder hegemônico de Estado, liderado em essência pela disposição do patronato rural brasileiro. O novo se alimenta do velho para ganhar sentido existencial, e por mais que as suas naturezas se choquem com a dialética da afirmação do novo sobre o



Indústria E Pensamento Industrial Na Primeira República – Eujácio Roberto Silveira

velho, como assistimos na história da burguesia industrial inglesa, francesa ou americana, as correntes profundas do nosso passado histórico ainda não enferrujaram, toda transformação histórica recente que apareça nas novas camadas do tempo presente é aprisionada e condicionada: “O Brasil Moderno, ao mesmo tempo que se desenvolve e diversifica, preserva e recria traços e marcas do passado recente e remoto, nesta e naquela região”²⁰.

É exatamente por não haver contradição, quando sim, pontual, entre a burguesia industrial e a agrária, que podemos afirmar categoricamente que os interesses do setor industrial estavam perfeitamente integrados à dinâmica de dominação exercida pelas classes agrárias, antes e depois de 1930. A fração industrial da burguesia assimilou uma boa parte das contradições que surgiam das diferenças que existiam no bloco de poder burguês.

A fração industrial soube extrair do complexo cafeeiro a essência da sua existência econômica, política e social nos primeiros trinta anos da República, apesar das ambiguidades que marcaram a sua afirmação como grupo econômico, em sua esmagadora maioria oriunda do estrangeiro, que primeiramente atuou nas atividades comerciais e se converteu, por fim, em proeminentes industriais com a fabricação local de produtos outrora importados do exterior, pelas mãos de empresas comerciais

²⁰ IANNI, Octavio. A ideia de Brasil Moderno. São Paulo: Brasiliense, 1996.



Bibliografia

- BIANCHI, Alvaro. *Hegemonia em Construção: A trajetória do PNBE*. São Paulo: Xamã, 2001.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro-São Paulo: 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Difel, 1964.
- CARONE, Edgar. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e Sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro, Editora Cátedra, 1978.
- _____. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e Sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro, Editora Cátedra, 1978.
- _____. *A Evolução Industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- CORREIA, Serzedelo. *O Problema Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa- MEC, 1980.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- DOWBOR, Ladislau. *A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987, 22ª edição.
- HARDMAN, Foot, LEONARDI, Victor. *História da Indústria e Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ática, 199.
- HEILBRONER, Robert. *A História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 15ª edição, 2009.
- _____. *A Era dos Impérios 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KEMP, Tom. *A Revolução Industrial na Europa*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LASKI, Herold J. *O Liberalismo Europeu*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1ª edição, 1973.
- LEME, Marisa Saenz. *A Ideologia dos Industriais Brasileiros 1919-1945*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Industrialista Brasileiro: Mauá, Rui Barbosa, Simonsen*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976.
- LORENZO, Helena Carvalho de, COSTA, Wilma Peres (Orgs.). *A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- LUZ, Nícia Vilela. *A Luta Pela Industrialização no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1975.
- McDOWALL, Ducan. *Light A História da Empresa que Modernizou o Brasil*. Rio de Janeiro: Light, 1973.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 8ª edição, 2004.
- _____. *Conde Matarazzo, O Empresário e a Empresa*. São Paulo: Hucitec, 1973.



Indústria E Pensamento Industrial Na Primeira República – Eujácio Roberto Silveira

- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 3ª edição, 1988.
- MELLO, Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 5ª edição.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. “Grande Propriedade, Grandes Proprietários: Velhas Questões, Novas Abordagens” In: SILVA, Sérgio S, SZMRECSÁNYI, Tamás. *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Edusp – Imprensa Oficial – Hucitec, 2002.
- MICELI, Paulo. *O Projeto Industrialista em São Paulo 1928-1948*. São Paulo: Fiesp, Ciesp, Sesi, Senai, 1992.
- MORAES FILHO, Evaristo. *Ideias Sociais de Jorge Street*. Brasília-Rio de Janeiro: Senado Federal, 1980.
- MOTOYAMA. Shozo (Org.). *Tecnologia e Industrialização no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp-Ceeteps, 1994.
- IANNI, Octavio. *A ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- PALÁEZ, Carlos Manuel. *História da Industrialização Brasileira*. Rio de Janeiro: Apec, 1972.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- SILVA, Sérgio S., SZMRECSÁNYI, Tamás. *História Econômica da Primeira República*, São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, Hucitec, 2002.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec-Editora da Unicamp, 2000.
- SZMRÈCSÁNYI, Tamás, MARANHÃO, Ricardo (Orgs.). *História de Empresas e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, Hucitec, 2002.
- _____, SUZIGAN, Wilson. “Os Investimentos Estrangeiros no Início da Industrialização do Brasil” In: SILVA, Sérgio S, SZMRECSÁNYI, Tamás. *História Econômica da Primeira República*, São Paulo: Edusp – Imprensa Oficial – Hucitec, 2002.
- WALKER, Thomas W, SOUSA, Aguinaldo de. *Dos Coronéis à Metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.